ENTREVISTA

NELSON JOBIM

Guardião da Constituição e arquiteto de instituições: os 20 anos do CNJ sob o olhar de quem o idealizou

Ao completar duas décadas de existência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se consolida como um dos pilares do sistema de Justiça brasileiro, exercendo papel decisivo na transparência, eficiência e controle ético do Poder Judiciário. Criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004 – a chamada “Reforma do Judiciário” – o CNJ nasceu sob a liderança de figuras centrais da vida institucional brasileira. Entre elas, destaca-se o Ministro Nelson Jobim, que, à época, reunia a experiência de ex-deputado constituinte, Ministro da Justiça e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Nelson Jobim foi um dos principais articuladores políticos e jurídicos da reforma que deu origem ao Conselho. Ao propor o modelo do CNJ, rompeu com décadas de resistência do próprio Judiciário à ideia de controle externo, apostando na possibilidade de um órgão que promovesse o aperfeiçoamento institucional sem ferir a independência dos juízes.

Duas décadas depois, o CNJ não apenas sobreviveu – ele moldou a face contemporânea da Justiça brasileira. Nesta entrevista exclusiva, o Ministro Nelson Jobim revisita os dilemas da criação do Conselho, comenta os avanços e os limites das políticas implementadas, e aponta os caminhos futuros para um Judiciário mais republicano, transparente e comprometido com a cidadania.

REVISTA CNJ: Ministro Jobim, quando o CNJ foi criado, havia ceticismo sobre sua efetividade e até sobre sua legitimidade. Passados 20 anos, o senhor poderia fazer uma análise sobre as discussões e os principais acontecimentos do período de criação do Conselho Nacional de Justiça?

NELSON JOBIM:

Quando se discutiu na Constituinte a criação do CNJ como uma unidade de controle do Poder Judiciário, surgiu um problema sobre a separação de poderes. Ou seja, os argumentos eram de que não se poderia fazer um conselho porque configurava lesão à cláusula de separação de poderes. Por isso, acabou não sendo aprovada a ideia. A tentativa da aprovação do CNJ, fracassada, deu-se na revisão constitucional, na qual eu fui relator.

Um tempo depois, quando eu já estava no Supremo, resolveram fazer uma emenda constitucional de reforma judiciária. Tomaram como base uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do Deputado Hélio Bicudo, do PT de São Paulo, a fim de conseguir avançar a tramitação. Como relatora na Câmara, foi nomeada a Deputada Zulaiê Cobra. Essa é a história da Emenda Constitucional 45. Naquele momento, tivemos conversas sobre a criação do CNJ e sobre a ideia das súmulas vinculantes e da repercussão geral.

O nome “repercussão geral” foi uma invenção do Moreira Alves, porque havíamos conversado que não podíamos falar em advocatória. Na Constituinte, “advocatória” parecia um instrumento do regime militar. A meu ver, não era possível falar em advocatória. Ele sugeriu, então, o nome de repercussão geral como algo sofisticado, mas que permitiria as pessoas compreenderem o problema sem objeções.

Sobre o CNJ, a discussão era que havia um grupo na Câmara que queria colocar uma participação maior. O PT, principalmente, queria colocar uma participação na composição do CNJ, como funcionários e acadêmicos, o que seria uma confusão. Diante disso, eu convenci Zulaiê de que poderíamos manter a participação de terceiros, não integrantes da magistratura. Assim, criou-se a possibilidade de participação de um representante do Senado, um representante da Câmara e, depois, mais dois personagens da OAB. Dessa forma, conseguimos aprovar a Emenda Constitucional, mas não sem antes concordar com uma série de emendas que os deputados precisavam aprovar. No Senado, houve também a necessidade de negociação. O projeto chegou enorme ali, contendo um conjunto de assuntos relevantes que nós tínhamos conseguido colocar na Câmara, como súmula vinculante, conselho, repercussão geral, enfim, o que está lá hoje. Mas não podíamos deixar o texto enorme como tinha sido feito na Câmara, tampouco podíamos impedir que os senadores fizessem emendas.

O relator no Senado era José Jorge, um sujeito inteligentíssimo, engenheiro, que eu chamava de falso caipira. Ele dizia que não entendia nada de coisa nenhuma, mas sabia de tudo. E o Secretário-Geral da Mesa do Senado era o Raimundo Carreiro, que mandava os regimentos do Senado. Fiz a ele a proposta de fazer com que o relator José Jorge concluísse o parecer com dois substitutivos. Um, o substitutivo que nós queríamos e que já tinha sido aprovado pela Câmara. E o outro substitutivo, em relação aos textos da Câmara, que seria o objeto de emendas dos senadores. Ele concordou, nós conversamos com os presidentes da Câmara e do Senado, e ambos concordaram com o Raimundo Carreiro. Ao final, conseguimos aprovar os dois substitutivos, aquele com todas as matérias importantes que nós tínhamos aprovado na Câmara – e que resultou na promulgação da Emenda Constitucional 45 –, e outro com questões que haviam sido votadas lá na Câmara e que foram emendadas pelos senadores. Esse segundo substitutivo voltou para a Câmara e lá morreu. Ministro Gilmar Mendes colaborou muito nessa etapa.

Mas a história não parou aí. Logo depois, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com uma Ação de Inconstitucionalidade no Supremo contra o Conselho Nacional de Justiça, por conta da previsão de participação dos órgãos externos que não pertenciam à categoria. Alegaram que isso era uma revisão à separação de Poderes. O relator no Supremo foi o Peluso (Ministro Cezar Peluso). Ele posicionou-se afirmando que não havia inconstitucionalidade, já que o número de magistrados era superior ao número de externos: OAB, Câmara, Senado e Ministério Público. Mas ainda assim houve muita luta para tentar destruir o CNJ. Ao final, o Supremo reconheceu a constitucionalidade do Conselho.

Em seguida vem a história da instalação do CNJ, que dependia da indicação dos novos membros. O texto separa esses inúmeros personagens, o juiz do trabalho, o juiz federal, o juiz estadual, desembargadores, ministros. Quanto aos ministros não teve problema. Agora, quanto aos desembargadores, foi diferente. Os juízes eram contra o CNJ e as associações, AMB, Ajufe e Anamatra, não queriam fazer indicação. Foi preciso um jogo de empurra para cá, empurra para lá, para conseguirmos compor o grupo.

Uma vez resolvida a composição, veio a instalação. Nessa hora, a tivemos a grande colaboração de Joaquim Falcão, que era o representante do Senado no CNJ, e de Alexandre de Moraes, representante da Câmara, ambos advogados. Conversamos longamente, e ficou estabelecido que nós íamos trabalhar, primeiramente, com a

questão macro do Poder Judiciário, não a questão micro, porque tínhamos que dar consistência ao Conselho e mostrar que o órgão não tinha sido criado para mera figuração. A questão micro a que me refiro são as questões de correição.

Nesse momento, o Flávio Dino era o Secretário-Geral ou Secretário-Executivo do CNJ. A decisão foi enfrentar, logo no início, o problema do nepotismo no Poder Judiciário. Para isso, contei bastante com o Ministro Flávio Dino, que, à época, era juiz de primeiro grau, da Ajufe. Ele me ajudou imensamente com as informações sobre a situação de cada tribunal, para ver quem era parente de quem etc. Fiz uma reunião com todos os presidentes dos tribunais, de todas as frentes, trabalho, justiça, tribunais federais e corregedores. Foi uma enorme disputa, mas conseguimos estabelecer a proibição de contratação de parentes, não só direta como indireta. Houve reação, principalmente dos tribunais estaduais, que diziam que não iam cumprir a resolução porque era inconstitucional.

Surgiu aí uma coisa interessante, uma disputa da AMB com os tribunais estaduais. A imprensa estava dando muita repercussão ao fato do não cumprimento dessa resolução. A AMB, então, entrou com uma Ação Direta de Constitucionalidade (ADC), constitucionalidade da resolução. Quando foram me entregar a petição – eu era o presidente do Tribunal –, disse para o presidente da AMB que achava curiosa a posição deles de entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade contra o CNJ e depois querer reconhecer a constitucionalidade de uma resolução forte em relação à estrutura do Judiciário brasileiro, que era a proibição do nepotismo. Justificaram-se dizendo que isso era uma moralidade. Enfim, a constitucionalidade da resolução foi reconhecida.

Então, volto para dizer que, no começo, enfrentamos essa questão do nepotismo, depois o problema salarial, a introdução do subsídio. Tudo isso teve a ver com a estratégia inicial de afirmar o CNJ na questão macro do Poder Judicial, não na questão micro. Antes da instalação do CNJ, eu tinha já elaborado, na Presidência do Supremo, algo que hoje se chama de Justiça em Números. Era uma tentativa de fazer com que os juízes tivessem uma visão macro da sua tarefa, que pudesse proporcionar uma visão do funcionamento global do Judiciário. Por exemplo, a taxa de congestionamento, quantos processos entravam no ano e quantos saíam no mesmo ano; a taxa de recorribilidade, ou seja, o número de recursos do primeiro grau em relação ao segundo; e a taxa de reformabilidade, que era para entender o panorama do quanto o tribunal reformava decisões recorridas. Esses números ajudaram a mostrar a desordem que a gente tinha em termos de gestão e que depois foi se ajustando. Os números começaram a funcionar muito bem, ainda continuam. E o CNJ se afirmou.

Outra medida importante foi tomada pelo Ministro Gilmar Mendes, enquanto Presidente, quando começou a olhar para o problema dos presos perdidos. Ele realizou grandes mutirões para conseguir liberar os presos com a pena já cumprida.

Enfim, o fato é que o Conselho se consolidou. Ainda me preocupa a visão de gestão. Eu sempre entendi que dentro dos tribunais nós tínhamos que ter uma carreira específica para administração do tribunal. Ou seja, o secretário-executivo, o diretor-geral do tribunal. Mas acho que também nisso estamos avançando.

A cautela agora é quanto a um problema político. Até um determinado momento, a política resolvia os seus conflitos, fazia acordo e se resolvia. A partir de um determinado momento, passou a ser incapaz de conter os seus próprios conflitos, e aí começaram a levar para os tribunais questões estritamente políticas. Bom, eu acho que o Tribunal deveria começar a ter mais contenção, porque estão respondendo, digamos, a interesses das divergências políticas. Agora, inventou-se a ideia de que existe a obrigação de julgar todos os conflitos para os quais se é competente. Mas tem uma coisa que eu aprendi durante o período em que eu estive na Câmara, no cenário do Poder Legislativo e no

Executivo: não decidir também é uma decisão. Um órgão colegiado, para decidir, precisa ter maioria. Se não consegue fazer maioria, não tem como decidir. E se não tem como decidir, não pode outro substituir aquilo que eles vão decidir.

REVISTA CNJ: Ministro, o senhor acha que nesses 20 anos, o CNJ conseguiu transformar o perfil da magistratura, ou seja, o Poder Judiciário melhorou com o CNJ?

NELSON JOBIM:

Melhorou, mas tem muita coisa ainda para melhorar. Não foi suficiente. Tem que ter mais compromisso com a própria gestão do Poder Judiciário. Tem um grande número de juízes empurrado pelo problema de salário, que acaba tendo outras atividades, como a de professor. Isso ficou facilitado com a pandemia e a criação da sessão virtual. A gente pode votar de qualquer lugar, não precisa estar presente.

Não tenha dúvida que as sessões virtuais ajudaram muito a rapidez nas decisões. Mas esse modelo em que o relator coloca o seu voto e depois vem os outros com um prazo X para colocar os seus votos, acaba não sendo mais um colegiado, mas uma soma de votos individuais, que não está dentro do contexto da criação dos órgãos plenários, dos órgãos colegiados.

Tem que reduzir, por exemplo, a competência do Supremo. Porque a acessibilidade está muito fácil.

REVISTA CNJ: O CNJ se notabiliza por políticas de transparência, de metas, mas muitos operadores do direito ainda criticam a fiscalização dessa cobrança da atividade jurisdicional. O senhor vê algum risco nesse controle administrativo pelo CNJ?

NELSON JOBIM:

Não é bom, porque existem realidades estaduais completamente diferentes. Como é que uma mesma regra administrativa tem que ser adotada em Rondônia e em São Paulo? Essas políticas devem ser geridas pelos próprios tribunais. E o CNJ teria a função política importante de tentar criar soluções regionalizadas. Agora, a centralização é muito perigosa, é uma disputa de poder.

Hoje temos problemas sérios em relação à conduta e à corrupção. Isso tudo tinha que ser gerido, administrado. Não basta tentar resolver apenas com decisões. Decisões tratam do passado, não compõem o futuro, não ajudam no problema da gestão. Mas, para isso é necessário ter quadros administrativos fortes.

REVISTA CNJ: Ministro, por fim, olhando para trás agora com toda a sua vivência e sua experiência, o senhor faria alguma coisa diferente na criação do CNJ?

NELSON JOBIM:

Não faria. A criação do CNJ foi um processo do qual participaram inúmeras pessoas. Eu participei com certa liderança. Mas o fato é que o movimento histórico é que produz essas coisas todas, as soluções, os problemas.